

# O NOME DO SUJEITO: O SUJEITO NA SOCIEDADE BURGUESA É O CAPITAL, NO COMUNISMO SERÁ A SOCIEDADE AUTOCONSCIENTE

**Marildo Menegat**

Professor Adjunto da Escola de Serviço Social da UFRJ

## O SUJEITO EM *O CAPITAL*

A dialética, na sua versão moderna, pretendeu desde sua origem ser uma superação das formas de pensamento metafísico. A tradicional dicotomia posta pelas condições de possibilidade do conhecimento e da ação, entendidas a partir da relação entre sujeito x objeto, já em Hegel, quando se tratava de pensar o espírito que conforma as realizações de um povo ou da humanidade enquanto um todo, se resolviam por um nós, e não mais pelo princípio epistemológico liberal do eu abstrato. Marx não retrocede deste ponto, ao mesmo tempo em que ele nunca desenvolveu ao longo de sua vasta obra um “capítulo metodológico”, ao modo da filosofia burguesa. Tudo indica que para ele o saber se estabelecia numa relação dialética com o objeto, em que forma e conteúdo não podem ser determinados aprioristicamente, ao menos que abandonemos a perspectiva de um pensar terreno, isto é, materialista, e aceitemos o

idealismo como um princípio insuperável. Em outras palavras, a dialética não seria para Marx um instrumento separado do conhecimento e dado independentemente do objeto, mas a própria forma como o pensamento consegue apreender o real e, por seu turno, como a complexidade do real se apresenta à compreensão. Por estas razões, perguntar sobre o que ele escreveu e pensou sobre esta importante questão para a dialética, que é o problema do sujeito na sociedade burguesa, não é algo sem propósito.

Um caminho para desenvolvermos este tema, dentre outros, poderia ser tomado a partir do capítulo IV de *O capital*, onde ele fala de um “sujeito automático”, que é o “valor que se valoriza”. Este parece ser um ponto de partida promissor, pois ele nos indica a existência de um sujeito que, embora positivado, mantém invisível sua presença, sendo percebido apenas por seus rastros. Diz Marx:

“Ele [o valor] passa continuamente de uma forma para outra [D-M-D], sem perder-se nesse movimento, e assim se transforma num **sujeito automático**. [...] o valor se torna aqui o sujeito de um processo em que ele [...] modifica a sua própria grandeza [...]” (Marx, *O capital*, op. cit. p. 130).

O sujeito referido nesta passagem não é um mero uso de uma figura de linguagem por parte de Marx, mas a clássica noção de que sujeito é um substrato que sustenta algo. Este sentido se faz presente na afirmação de que ele é o “sujeito de um processo”. Portanto, este ponto de partida parece ser apropriado, uma vez que o que Marx explica nesta passagem é justamente a constituição da forma social moderna como produtora de mercadorias. Como é sabido, no duplo caráter da mercadoria se faz presente tanto a necessidade humana, seja ela “natural ou espiritual”, como a intencionalidade [forma] social que governa a produção e realização destas necessidades. Deste modo, parece estar fortemente sustentada na realidade a reflexão de que o valor é o sujeito do processo social neste modo de produção<sup>1</sup>.

Derivaram deste marco teórico análises importantes no marxismo

1 O que se discute aqui é tão somente a dimensão do sujeito no processo social, que tem implicações nas diferentes ciências humanas e sociais, mas não anula outras dimensões do sujeito estudadas nestas mesmas disciplinas ou mesmo na psicanálise. Em síntese, a preocupação é o estudo da lógica da vida social na sua totalidade - em que o entendimento dos indivíduos que nela tomam lugar permanece alheio a sua dinâmica -, e não em suas partes que, como sabemos, não são isoladas, mas guardam suas especificidades.

ocidental, como por exemplo, as do jovem Lukács em *História e consciência de classe*. Elas pressupõem que a lei do valor é a intencionalidade determinante na organização e estruturação da tessitura do real. Tal lei, cuja imposição e forma constitutiva do ordenamento da vida social é totalmente abstrata – isto é, vem de fora, é externa, aparentando ser “sobre-natural” etc. -, opera como um legítimo a priori. Esta afirmação pode soar contraditória com uma abordagem materialista, mas deixa de ser quando lembramos que Marx, reiteradas vezes, ao explicar o fetichismo da mercadoria, observa que o valor é uma metafísica que se realiza efetivamente no cotidiano. A sociedade burguesa tem esta característica – ademais, presente também nas formações sociais anteriores - de ser governada por forças sociais alheias a livre escolha e ao conhecimento comum de seus membros. A subjetividade reificada, ou seja, a coisificação das relações humanas, como nos mostrou Lukács, na referida obra, é o resultado mais contundente desta situação. Ela indica que os seres humanos são apenas o suporte - a coisa (*res*) - por meio da qual as relações sociais se realizam, e que o verdadeiro sujeito destas relações é o valor que move o mundo das mercadorias.

## AS MASSAS

A premissa de que o sujeito na sociedade burguesa é o capital (“valor que se valoriza”) pode parecer estranha – agora numa outra dimensão –, a um pensamento que tem em seu horizonte justamente a revolução como uma perspectiva necessária. As revoluções na sociedade burguesa, como já observara Engels<sup>2</sup>, ou serão feitas pela ação consciente das massas ou não acontecerão. Portanto, o problema do sujeito que virá a realizar esta revolução é uma questão que se coloca numa construção a ser efetivada a partir da interpretação desta forma social e da sua negação na experiência histórica. Do que se trata, em última instância, é da criação das condições de autoconsciência e do auto-governo da sociedade.

Coerente com este raciocínio, ainda em *O capital*, no capítulo XI; Marx fala da criação, por este sujeito automático, de “uma força produtiva que tem de ser, em si e para si, uma força de massas” (*O capital*; t.I v.1; p. 260). O ponto de partida, então, é uma subjetividade que se coloca às costas dos indivíduos e os submete à sua necessidade. A consciência dessas massas, uma vez que estão postas pelo valor que delas se utiliza, ou seja, as coisifica, para seus fins de auto-valorização, é a consciência da necessidade

2 Cf. Engels, F. Introdução a Luta de Classes na França de Marx.

imperativa desta lógica social que lhes foi imposta com brutal violência. Nas palavras do próprio Marx, para evitarmos mal-entendidos:

“Não basta que as condições de trabalho apareçam num pólo como capital e no outro pólo, pessoas que nada têm para vender a não ser sua força de trabalho. Não basta também forçarem-nas a se venderem voluntariamente. Na evolução da produção capitalista, desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição, costume, reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes” (*O capital*; t. I, v. 2, p. 277).

Qualquer discordância, resistência e negação, uma vez instaurada esta lógica no processo histórico (a acumulação primitiva de capital é o marco originário), surge a posteriori. Ela vai depender da imanência da história e da capacidade desta “força de massas” em compreender esta estrutura social como histórica e transitória, voltando sua ação sobre ela com a intenção de modificá-la.

Quando Marx pensou a formação do “trabalhador coletivo”, este, enquanto possibilidade e potência se apresentava no próprio processo histórico. Não se tratava de uma forma dedutiva de pensamento<sup>3</sup>,

3 Seja esta dedução de cunho lógico ou ontológico. Fica posto que a negação de um mecanismo automático pode ser simplesmente os limites lógicos (e físicos) do próprio mecanismo. Esta hipótese é real, faz parte do campo de possibilidades que se abre com este tipo sistêmico de sociedade que é o capitalismo e está em curso.

mas de uma constatação. (Aqui se abre um bom espaço para a polêmica acerca da dialética positiva. O capitalismo poderia se auto-destruir sem que fosse substituído por outra forma social superior? A teorização da barbárie, quando este termo não é usado como mero adjetivo, concebe este pressuposto como uma possibilidade em curso no processo histórico). Tudo indica que a Marx as enormes potencialidades da sociedade burguesa seriam aproveitadas positivamente. Os sinais neste sentido eram razoavelmente promissores. É nesta perspectiva que no capítulo VIII de *O capital* ele se refere a uma importante transformação qualitativa da força de massas (trabalhador coletivo) que ocorreu na segunda metade do século XIX, que de uma força em si e para o capital, começava a dar seguros sinais da sua formação numa força para si mesma:

“[...] abstraindo limites extremamente elásticos, da natureza do próprio intercâmbio de mercadorias não resulta nenhum limite a jornada de trabalho, portanto, nenhuma limitação ao mais trabalho. [Quando o vendedor da mercadoria força de trabalho impõe limites ao comprador] Ocorre aqui, portanto, uma antinomia, direito contra direito, ambos apoiados na lei de intercâmbio de mercadorias. Entre direitos iguais decide a força. E assim a regulamentação da jornada de trabalho apresenta-se na história da produção

capitalista como uma luta ao redor dos limites da jornada de trabalho – uma luta entre o capitalista coletivo, e o trabalhador coletivo, ou a classe trabalhadora” (Marx, op. cit. p. 190).

## FENOMENOLOGIA E HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DE UM SUJEITO DE NEGAÇÃO

Seria um empobrecimento estruturalista da dialética em Marx tomar o sujeito que viria a negar o capital como algo dedutível da lógica desta forma social e, por isso, dado aprioristicamente. Ele deve se formar no processo, e como tudo que está em processo guarda sempre como uma tensão interna a possibilidade do seu inverso. Na reconstrução da história que vai da experiência de 1848 até às vésperas da grande crise de 1914-1945, a formação deste sujeito pode ser constatada na plenitude desta sua tensão, seja nos países centrais, assim como em diversos países periféricos.

Talvez tenha sido Karl Korsch, no seu *Marxismo e filosofia*<sup>4</sup>, o primeiro a teorizar o significado da passagem das formas espontâneas de rebelião, que foram comuns durante o largo período da acumulação primitiva de capital, para as novas formas de luta social, iniciadas com o novo regime da acumulação nascido da

Sobre este tema ver Menegat, M *Depois do fim do mundo: a crise da modernidade e a barbárie*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003; e *O olho da barbárie*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

4 Cf. KORSCH, K. *Marxismo e filosofia*. Rio de Janeiro: EDUFRRJ, 2008.

Revolução Industrial e centrado na extração da mais valia relativa. Segundo ele, a práxis neste período, resultante da transformação do capitalismo, teria que passar das rebeliões dos métodos plebeus, marcadas por formas de pensamento utópico e pela organização em clubes e seitas, para novas formas, como a luta de massas organizada em sindicatos e partidos, em que o tipo de pensamento exigido tinha justamente na obra *O capital* sua fundamentação. Estas novas formas de luta, caso não passassem à consciência revolucionária – que, entre outras coisas, implicava na compreensão desta obra de Marx como uma teoria para a ação -, isto é, caso não se realizassem em sua potencialidade, poderiam dar lugar à integração do proletariado à ordem. Um dos sintomas desta integração – o qual também não é dedutível a partir de uma lógica estrutural, mas decorre de um processo histórico - já era visível ao tempo de Marx, que percebeu na aristocratização do proletariado inglês uma tendência de inversão das expectativas de formação do trabalhador coletivo. Em outros termos, a relativa melhora do bem estar dentro da sociedade burguesa levava o proletariado a aprofundar sua aceitação fatalista das leis gerais do sujeito automático, tomando-as como naturais e eternas. Desta maneira, caso este sintoma se confirmasse na estruturação do ser social, não haveria a

possibilidade de formação de um sujeito fundado no trabalhador coletivo cujo desejo, intencionalidade e vontade fossem opostas ao “sujeito automático”. A sociedade burguesa, como um Titanic, se moveria, então, a deriva, sem oposição, a não ser as da própria natureza (externa, como um iceberg) e os limites lógicos de sua estrutura (esta interna, como uma auto-contradição).

Outro caso de aristocratização, que confirma esta tensão interna do processo histórico, foi o ocaso da Social-democracia alemã. O debate antes de 1914 no Partido Social-democrata se fazia em torno da espera e da preparação de uma situação revolucionária. Mesmo que as formulações em debate guardassem inúmeras ambigüidades, não restam dúvidas que este debate se realizava num nível muito mais elevado do que ocorreu após o fim da Primeira Guerra, em 1918. A direção social democrata na Revolução derrotada de 1918-23<sup>5</sup> era dominada por quadros oriundos do sindicalismo. Ebert e Scheidemann, seus dirigentes mais expressivos do período, nunca foram, ao menos em sua origem social, protótipos do pequeno-burguês. Que eles tenham dirigido a social-democracia – e que a maioria da classe operária alemã tenha

---

5 Sobre este tema ver dois ótimos livros de LOUREIRO, I. *A revolução alemã de 1918-23*. São Paulo: EDUNESP; e *Rosa Luxemburg: os dilemas da ação revolucionária*. São Paulo: EDUNESP...

concordado com este movimento - à aceitação fatalista das leis naturais do sujeito automático, se explica apenas por esta abertura das possibilidades em curso na história. Tal abertura e o seu resultado foi, ao mesmo tempo, uma oportunidade perdida e a manifestação da força de recuperação e dominação que o capital ainda possuía.

A hipótese da integração do proletariado à sociedade burguesa, aceitando os limites impostos à exploração como um horizonte histórico definitivo, inclusive tornando-se instrumento da sua própria dominação<sup>6</sup>, não pode, portanto, ser descartada. Ela se sustenta na seguinte dialética: sendo o capital o sujeito inconsciente da sociedade burguesa, a negação desta forma social exigiria a formação consciente desta sociedade, processo este que não é dedutível nem da sua lógica estrutural, nem de uma fundamentação ontológica. Ele deve ser formado na imanência do processo histórico. A história do século XX foi a manifestação desta tensão interna que, ao que tudo indica, acabou resolvida a favor da integração. É verdade que, como assinalou Marx, esta integração tem razões estruturais, mas elas somente se

manifestaram com força após a grande derrota na primeira grande crise deste modo de produção que se abriu em 1914 e se fechou para uma trégua a partir de 1945<sup>7</sup>.

O quadro social e político que se desenhou após a Segunda Guerra na Europa e nos EUA não confirmaria esta hipótese? As exceções neste período dos países periféricos, na sua dinâmica desigual e combinada, não modificam este diagnóstico. Uma vez formadas estas sociedades industriais na periferia, com toques de brutalidade que rivalizam com a experiência dos países centrais, este proletariado também parece ter perdido a força de afirmar sua potencialidade negadora do capital.

## O CAPITAL COMO UMA CONTRADIÇÃO EM PROCESSO

Retomemos o tema da autonegação do capital. Esta questão se impõe nesta reflexão porque, ao examinarmos as possibilidades históricas da formação de uma subjetividade coletiva negadora do

6 Sobre este tema ver BENJAMIN, W. "Tese sobre história", in: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Brasiliense... Para uma interpretação muito interessante desta passagem em Benjamin ver LÖWY, M. *Aviso de incêndio*. São Paulo: Boitempo, 2006.

7 Sobre este tema ver MENEGAT, M. "Sem lenço nem aceno de adeus: formação de massas em tempo de barbárie; como a esquerda social pode enfrentar esta questão?", in: *Praia Vermelha: estudos de política e teoria social/ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol. 9, nº 18 (2008) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social; pp. 146-177.*

“valor que se valoriza”, observamos que: 1) ela pode vir a se constituir, como também; 2) ela pode ser apenas uma potencialidade que, uma vez absorvida, integra-se à lógica e dinâmica dominante. Nos rascunhos de Marx, os Grundrisse, há um longo raciocínio que aponta para uma hipótese em que o capital começa a produzir auto-contradições insolúveis dentro dos seus marcos estruturais, como é o caso, admitido por ele, do fim do trabalho:

“O desenvolvimento da grande indústria – com a base sobre a qual ela se funda, a apropriação de tempo de trabalho alheio – deixa de construir ou criar a riqueza, pois quando o trabalho imediato cessa com a grande indústria, deixa de ser, enquanto tal, a base da produção. Por um lado, porque se transforma numa atividade mais vigilante e reguladora; mas, também, porque o produto deixa de ser produto do trabalho imediato, isolado, para ser a combinação da atividade social que se apresenta como produtora” (Marx, Grundrisse; v.2, p. 233).

Foi sugerido acima, rapidamente, que a formação da classe para si não é uma dedução lógica, tampouco ontológica; foi sugerido também que a apresentação desta possibilidade na história foi contornada e desviada para o interior do próprio sistema. Cabe ressaltar agora o passo em falso dado pela ordem burguesa com a Terceira Revolução Tecno-científica e o destino reservado ao trabalho, como uma manifestação de seus limites lógicos.

A Revolução tecno-científica foi uma imensa transformação do processo de produção, iniciada após a Segunda Guerra, e que ficou madura somente nos anos 1970. Ela modificou drasticamente a relação entre trabalho morto e trabalho vivo, com a redução deste último a um patamar que passa a afetar diretamente a produção de valor, que é a razão de ser do sujeito automático. Como não há criação de valor sem trabalho vivo, produtivo, *a substituição em larga escala da força de trabalho humana por novos aparatos técnicos*, baseados na micro-eletrônica, etc., num primeiro momento pôde até ter beneficiado alguns setores oligopolistas na disputa por mercados, mas num segundo momento, este enxugamento de trabalho afetou irreversivelmente a acumulação de valor do capital total.

Criou-se com isso uma contradição incontornável para a acumulação de capital. Se a sua lógica se sustentava na transformação de dinheiro em produção de mercadorias, para, a partir desta produção, criar mais dinheiro; e, se a exploração do trabalho produtivo imediato era o segredo desta transformação de dinheiro em mais dinheiro (como explicou Marx: D-M-D'), a eliminação desta mediação em larga escala faz o motor desta máquina fundir. Literalmente é isso o que tem ocorrido desde os anos 1970, e pode ser constatado por diversos fenômenos. Dito de outra

forma, na aparência do real se apresentam novos fenômenos que só podem ser explicados satisfatoriamente se tomarmos, como um elemento a ser levado em consideração, o limite da lei do valor para continuar organizando esta tessitura da realidade. *O desemprego estrutural é um desses fenômenos.* Não se trata apenas do clássico exército industrial de reserva, mas de um exército estrutural e eterno, ao menos dentro da lógica da realidade criada pelo sujeito automático, e *que resulta, como vimos, das transformações da terceira revolução tecnológica.*

Outro desses fenômenos é a ficção que se produziu nas bolhas especulativas desde os anos 1980, em que se pretendeu prolongar as manifestações mais deletérias deste limite lógico fazendo dinheiro produzir diretamente mais dinheiro. Na fórmula de Marx: D-D'. Este estratagema foi hábil, pois criou de fato a ilusão não apenas de que o capitalismo ia bem, como a de que nunca estivera tão bem. Desse modo se inventou um volume de papéis que nada valem apesar de seus portadores contarem com esta riqueza para sustentarem os “galões de seus casacos”. A tendência de queda da taxa de lucro neste período fez milagres. Os milagres, porém, não podem criar novas realidades. Eles são apenas um momento de exceção, neste caso, epifanias de um sagrado que cansou de ser ordinário. Uma realidade que já não

se sustenta a partir de seu imperativo (a lei abstrata do valor) e não tem em andamento um processo de sua negação consciente, vai se transformando cada vez mais numa realidade monstruosa. Enquanto a máquina funcionava, o seu horror ficou escondido. Agora que tudo rui, descobrimos a sua verdade que, como dizia Benjamin, é esta catástrofe permanente, e sua autonegação (quer dizer, sua negação inconsciente) é este lento imergir na barbárie que, diga-se de passagem, não passa de uma forma fetichista de vida social. Ela apenas torna mais visível o outro disso que até hoje conhecemos por civilização. Na fórmula de Marx: a barbárie que vai se realizando é a manifestação crua da pré-história da humanidade ainda mais uma vez não superada.

Se o proletariado, como trabalhador coletivo não realizou a expectativa de criar as condições de negação do capital, dando início a uma forma social auto consciente, de onde poderia, nesta altura da crise estrutural do capitalismo, surgir alternativas, e que tipo de alternativas seriam estas?

## **FORMAÇÃO DE MASSAS EM TEMPOS DE BARBÁRIE**

O território não é uma dimensão neutra do processo social com uma



objetividade que transcende a intencionalidade das suas formas. Na tensão interna do processo social, que, como vimos, marcou boa parte da história da sociedade burguesa, as rebeliões e resistências contra o sujeito automático tiveram raízes não apenas no local de produção, como também no espaço geográfico que, para além do trabalho, guarda as formas comuns de vida social e suas inúmeras distinções. Na propriedade privada da terra, no esquadramento das cidades, nos imensos espaços para a circulação de mercadorias e sua exposição para a venda, assim como no espaço privilegiado para a realização de certas necessidades em detrimento de outras, mesmo que básicas e concernentes a uma massa maior de seres humanos, enfim, em todos estes territórios se faz sentir a objetivação da intencionalidade do valor. Na medida em que o trabalho, com a terceira revolução tecno-científica, foi se metamorfoseando, perdendo espaço social e ficando cada vez menos presente e visível, inclusive no espaço geográfico<sup>8</sup>, criou-se, como contrapartida compensatória, um conceito alargado de trabalho. Este conceito acabou incorporando setores e funções<sup>9</sup> que nada possuem de produtivo – no sentido de

---

8 Como por exemplo, com a obsolescência e conseqüente desaparecimento das grandes fábricas, etc.

9 O setor de serviços, com suas inúmeras modalidades precarizadas é um desses casos.

criação de valor ou mesmo de realização -, mas que representavam com certa fidelidade à flexibilização do assalariamento que era requerida pelas modalidades ficcionais de riqueza financeira que caracterizaram este período. Agora que o capitalismo aprofunda seus espasmos de crise aguda, e estes artifícios se desmancham no ar, se torna mais evidente, pelo lugar em que estão estacionadas, quem são as pessoas que passaram efetivamente a sobrar nesta forma social.

Insistir - com este conceito elástico de trabalho - que estas massas que sobram são trabalhadores, é apenas a redundante constatação de que nessa sociedade, a burguesa, elas apenas podem sobreviver vendendo sua força de trabalho. Tal raciocínio, ao contrário do que pretendem seus portadores, nada tem de crítico, pois pressupõe que a solução do problema seja a justa empregabilidade de todos – ilusão, aliás, já parcialmente realizada pela sociedade burguesa -, sem se dar conta de que não é razoável para quem pretende superar o capitalismo reduzir o sentido da vida social a um conceito de vendabilidade<sup>10</sup>. É provável que a densa

---

10 Dentre as inúmeras ilusões em que opera este argumento, se poderia indicar apenas uma incongruência que é cara a tradição marxista. Um dos fenômenos que sustentam a alienação, segundo Marx, está exatamente na imposição da vendabilidade (ou mercantilização) de tudo. O direito ao trabalho, tanto por sua forma jurídica, como por seu conteúdo social, guarda apenas uma aparência crítica, não passando na verdade de um

ligação entre espaço urbano e a forma mercadoria auxiliie melhor na compreensão deste fenômeno. A crise da sociedade produtora de mercadorias se revela inteiramente pela impossibilidade desta forma continuar (ou vir-a-ser) a condição de existência para milhões de indivíduos. Esta impossibilidade de vendabilidade para boa parte deles já era, inclusive, a condição de suas estratégias de sobrevivência e de seus locais de moradia.

A dimensão do território, ao que parece, se tornou neste contexto histórico uma dimensão importante na construção de alternativas para a negação do sujeito automático. Desde os anos 1990 as formas de rebelião e resistência contra o capital, principalmente nos países periféricos, foram mais comuns entre estas *massas que sobram* do que junto ao operariado clássico, ou mesmo junto a alguns setores que acompanham a elástica ampliação do conceito de trabalho. Estas massas organizam suas ações desde o território, já que sua funcionalidade social, a de serem uma reserva de força de trabalho, se mostra frustrada e desastrosa.

Um exemplo ilustrativo desse processo em curso é o Movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra (MST). Este movimento é originário de uma conjuntura em que, ainda em meio aos cacoc sociais

---

problema de eficiência dentro desta mesma lógica social.

decorrentes da violência da ditadura militar recém superada, se buscava reatar o fio da meada da conjuntura imediatamente anterior a 1964. Neste contexto o MST foi, num primeiro momento, uma tentativa de continuidade com o movimento camponês anterior ao golpe militar. Criado, porém, num novo quadro histórico, no qual o país se tornara predominantemente urbano e industrial – desde 1970 –, em que a agricultura se modernizara de modo impressionante, ele não podia mais ser o mesmo de antes. Durante os anos da ditadura militar mais de 27 milhões de brasileiros passaram do campo para a cidade, tendo se concentrado em poucas regiões metropolitanas e formado gigantescos bolsões de pobreza. Assim, num segundo momento, na medida em que se aprofundava a inserção do Brasil no processo de globalização, nos anos 1990, foi ficando nítido que as massas que confluíam para o MST eram uma fronteira social que passa a formar a sociedade.

O processo de globalização, que é uma unificação a nível mundial da própria produção, tem como base material de sustentação, justamente, a terceira revolução tecno-científica. Com ela se criou uma unidade imediata de desenvolvimento das forças produtivas que colocou em confronto abertos parques industriais nacionais completamente desiguais. Restou aos países periféricos se

adaptarem a esta situação, adotando, quando possível, estas novas tecnologias, ou, simplesmente fechando as portas de ramos inteiros de produção. Ambas as escolhas criam uma massa de desempregados que somente seria pensável para épocas de grandes crises. Desde 1996 o desemprego no Brasil passou a girar em torno de dois dígitos, sendo que nunca mais retornou ao nível dos anos 1980 - que por sinal não eram grande coisa.

Portanto, ao imenso exército industrial de reserva característico de um país capitalista periférico, foi acrescentado, nos anos 1990, novas massas de desempregados que são o resultado do alto nível de desenvolvimento das forças produtivas. Às massas desempregadas devido ao atraso - um produto “natural” do desenvolvimento desigual e combinado - somaram-se as massas desempregadas pelo pleno desenvolvimento do capitalismo. É neste sentido que o MST é uma fronteira da sociedade, ele reúne em suas fileiras os naufragos de ontem e os de hoje que, partindo de suas condições de subsistência, se encontravam no mesmo território. A forma de organização deste movimento de novo tipo se explica basicamente pela história das formações sociais. Na Argentina, por exemplo, um país urbano há mais tempo do que o Brasil, suas massas sobrantes - o movimento piqueteiro -, que resultaram do desastroso

programa econômico da última Ditadura e da globalização dos anos 1990, formaram-se fundamentalmente a partir das cidades. Na Bolívia e no Paraguai a origem híbrida dessas massas tem um peso maior, por seu turno, do espaço rural. As estruturas fundiárias desses países com suas histórias específicas de modernização é o que determina estes processos.

O maior desafio que se impõe ao MST é interpretar esta metamorfose que o constitui. Num país predominantemente urbano, em que este espaço e o rural começam a borrar suas fronteiras, e nas atuais configurações produtivas em que a agricultura e a indústria - num processo articulado ao anterior, e que lhe dá sustentação -, também se fundem; agir em todos os espaços é uma questão de vida ou morte. Serão movimentos sociais com esta característica que poderão criar as condições de um processo de auto-compreensão desta sociedade que desmorona, mas se mantém. Se eles não vierem a se formar, este espaço será vivido de modo inconsciente como um processo naturalizado - que fica evidente em expressões como: “na história do Brasil sempre foi assim” - de autodestruição, que, aliás, já está em curso numa nova e perversa modalidade de guerra civil.<sup>11</sup>

---

11 Cf. MENEGAT, M “Guerra civil no Brasil”, in: *O olho da barbárie*.

Como e o que unirá estas massas díspares, com questões distintas, é um desafio teórico e uma equação prática da maior importância para o futuro. Propomos aqui, a título provisório, o conceito de formação de massas<sup>12</sup> para se pensar alguns aspectos desse processo. Na atual situação histórica em que o capitalismo maduro tornou plenas “as potências da riqueza” e inutiliza boa parte das massas que outrora proletarizou à força, cuja existência agora não requer mais como força de trabalho, estas massas apenas sobreviverão se vierem a se constituir em formas de ação política de novo tipo. Este é o objetivo com o uso deste conceito de formação de massas em tempo de barbárie: o de pretender indicar as bases sociais para a constituição de um possível caminho para um processo de transformação no momento em que o capitalismo começa a desmoronar e a se tornar uma ameaça iminente para a existência da humanidade e do planeta. Este conceito abarca o fato de que uma parcela cada vez mais significativa da população seguirá existindo na condição de exército industrial de reserva (isto é, excedente, sobra), portanto, à margem do mundo do trabalho; e os coveiros “naturais” da sociedade burguesa

12 Para uma exposição mais aprofundada deste tema ver MENEGAT, M “Sem lenço nem aceno de adeus”.

encontram-se integrados e impotentes.<sup>13</sup> Ele pretende também dar conta do modo em que este processo se realiza, que é a imensa violência cotidiana. Tal violência consiste numa cifra da desagregação dos laços sociais e da complexificação da construção de processos coletivos para uma ação anticapitalista.

A falência e desmonte de parte do aparelho de Estado, aquela responsável pelas funções sociais, e o enfraquecimento da política parlamentar, onde se faziam as mediações racionais do confronto entre as classes, reduzem o horizonte de ações que possam dar alguma satisfação às demandas dessas massas. Se não existirem estas novas formas de organização social que aqui nos referimos, que possam dar um outro encaminhamento para a saída da crise, esta tende a se produzir como o declínio de toda a sociedade, até um ponto em que a própria saída será impossível<sup>14</sup>.

13 “[...] a lei que mantém a superpopulação relativa ou exército industrial de reserva sempre em equilíbrio com o volume e a energia da acumulação prende o trabalhador mais firmemente ao capital do que as correntes de Hefaiсто agrilhoaram Prometeu ao rochedo”. MARX, K. *O capital*, t. I, vol. 2, p. 210.

14 Cf. MARX, K. e ENGELS, F. “Manifesto do partido comunista”, in: *Obras Escolhidas*, Tomo I. Lisboa: Edições Avante, 1982, pp. 106-7: “A história de toda sociedade até hoje é a história de luta de classes. [...] em suma, opressores e oprimidos, estiveram em constante antagonismo entre si, travaram uma luta ininterrupta, umas vezes oculta, aberta outras, uma luta que acabou sempre com uma transformação revolucionária de toda a sociedade ou com o declínio comum das classes em luta”.

No Brasil, o estado de desagregação está muito adiantado. De 1978 a 2003 morreram por causas externas, isto é, por formas violentas – excluindo acidentes de trânsito - 550 mil pessoas. Em 1979 morreram 11.194, enquanto no triênio 1998-2000 a média anual chegava a 41.138 mortos. São índices de uma guerra civil. Deste total de mortes anuais, a imensa maioria são jovens de 15 a 25 anos e 52% são negros. Dos jovens negros que morrem nessa faixa de idade, 85,1% morrem por causas externas, ou seja, são vítimas da violência<sup>15</sup>. Tudo indica que *está em curso um genocídio* que atinge principalmente a juventude, e, em especial, os jovens negros, exatamente aqueles que mais razões teriam para transformar esta sociedade.

É nesse sentido que o território ocupa o lugar de centralidade da organização do processo de transformação que em outro momento coube a fábrica. Num país de segregação social como o Brasil, as massas sem trabalho, ou em relações de trabalho precarizadas, ou mesmo parte da classe trabalhadora formalizada, moram na periferia, em bairros pobres contíguos<sup>16</sup>. Tais massas estão dispostas em extensos

territórios, cuja posse e forma de moradia, na maioria dos casos, foram fruto (e depende) de relações de cooperação e solidariedade entre os vizinhos.

Na experiência recente da América Latina, diversos movimentos sociais vêm articulando ações que combinam elementos típicos das lutas tradicionais da história do movimento da classe trabalhadora, com novas formas territoriais de organização da luta. Movimentos como os piqueteiros na Argentina, ao menos alguns de seus setores mais lúcidos, como é o caso do movimento de trabalhadores desempregados (MTD) de Quilmes/Solano<sup>17</sup>, recriam antigas táticas de luta operária, como os piquetes, para, ao fechar estradas e ruas na cidade forçar o Estado a negociar suas reivindicações. Este movimento faz de sua base territorial um ponto fixo importante para construir alternativas ao desemprego que não sejam viver a ilusão da espera de que uma expansão da economia venha a trazer o emprego que a lógica da acumulação de capital na atualidade levou. Nestas alternativas o MTD de Solano organiza tanto a produção das necessidades sociais de centenas de famílias quanto à superação do domínio da produção de mercadorias. Ao exigir do Estado os recursos para a sobrevivência dos desempregados, o

15 Cf. PAIXÃO, M.; CARVANO, L.M. et. all. “Contando Vencidos: diferenciais de esperança de vida e de anos de vida perdidos segundo os grupos de raça/cor e sexo na Brasil e grandes regiões”; in: Saúde da população negra no Brasil. Brasília: Funasa, 2005, pp. 49-189.

16 Cf. MENEGAT, E., op. cit. Em especial “Sobre a formação dos sem propriedade na periferia do ocidente”, pp.175 e ss.

17 Cf. MARRO, K. De luchas, movimientos y conquistas sociales: reflexiones a partir de la experiencia del MTD de Solano. Rosario: Universidad Nacional de Rosario, 2006.

movimento dá a uma parte destes recursos um destino coletivo de reconstrução da sociabilidade para além do capital. Para além de bolsas famílias individuais, constituem um fundo comum de recursos do coletivo de famílias, que conjuntamente define o seu destino, conjugando a autoprodução das necessidades de consumo com novas formas de vida social, centradas na solidariedade e cooperação conscientes<sup>18</sup>. Esta experiência isolada, sempre suscetível de ser esmagada, não difere, no entanto, em essência, de muitas práticas presentes na história do MST no Brasil, ou das Ligas das Juntas Vicinales de El Alto na Bolívia, ou mesmo dos Zapatistas (FZLN) no México.

Os limites desses movimentos é a dificuldade para a sua generalização, seja nas grandes cidades, seja no campo e pequenas cidades, e a elaboração de uma concepção de enfrentamento contra o Estado que leve em consideração estas características de serem ao mesmo tempo instrumentos de confronto político e embriões de poder popular. São experiências que têm em comum a politização dos movimentos sociais ao mesmo tempo em que realizam uma crítica às formas dominantes da política, tanto a criminalizadora da oposição, feita pelo Estado, como a de acomodação e

incorporação dos partidos de esquerda a ordem vigente.

Uma formação de massas com caráter anticapitalista em tempos como estes em que vivemos certamente *não obedecerá às formas de outros períodos históricos*. A diferença não é uma pueril divergência com as formas anteriores, mas a dificuldade que estas formas têm de englobar a dinâmica objetiva das sociedades contemporâneas. Nesse sentido, o debate do “sujeito revolucionário” precisa ser colocado na própria dialética do processo, em que as contribuições de períodos anteriores devem ser recriadas a partir dos desafios objetivos atuais.

Na medida em que o capitalismo na atualidade se caracteriza por ser uma força promotora da destruição, seja da natureza, seja da sociabilidade, uma esquerda social<sup>19</sup> que pretende ser uma supressão desta sociedade, deve se pautar pela crítica desta característica, o que exige articular as lutas com novas formas de sociabilidade, promovendo a vida em comum em oposição ao individualismo burguês, sem com isso negar esta conquista histórica da cultura, que é a individualização. É nessa perspectiva que as polêmicas acerca das formas de organização e ação política,

---

19 Este conceito recebeu uma formulação em M. HARNECKER, *Os desafios da esquerda latino-americana*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. Ele tem sido utilizado por movimentos sociais na América Latina para afirmar uma diferenciação com uma esquerda parlamentar apenas preocupada com processos eleitorais.

---

18 Idem, pp. 139 e ss.

presentes na história da esquerda, precisam ser retomadas com o intuito de melhor interpretar as condições de possibilidade de uma ação anticapitalista nesta situação histórica. Caberia a uma esquerda social atualizar este debate, acrescentando-lhe as novidades desse tempo, assim como a sua necessária capacidade de inovação.